

OFICINA DE INTEGRAÇÃO MEXENDO A CUCA: SAÚDE MENTAL, GASTRONOMIA, MATEMÁTICA E CIDADANIA

Integrative Workshop Waving Head: Mental Health, Gastronomy, Mathematics, and Citizenship

Raphael Henrique Travia¹

Marizete Bortolanza Spessatto²

Artigo encaminhado: 14/07/2014

Aceito para publicação: 08/11/2017

RESUMO: Será que as políticas públicas de saúde e educação atuais são suficientes para promover a inclusão de indivíduos que convivem com o sofrimento psíquico? Neste artigo, apresentamos um relato de experiência sobre o desenvolvimento da Oficina de Integração Mexendo a Cuca: Saúde Mental, Gastronomia, Matemática e Cidadania, resultante de um projeto de intervenção realizado com sujeitos da Turma de Alfabetização II da Educação de Jovens e Adultos, mantida pelos Serviços Organizados de Inclusão Social, no município de Joinville-SC. O projeto de intervenção, realizado em quatro semanas no mês de março de 2015, envolveu, em parceria entre os estudantes atendidos pelo SOIS, professora, terapeuta ocupacional e pesquisador, a seleção de uma receita culinária, sua redação, confecção de lista de compras, compra de ingredientes, preparo e partilha do prato pronto. Durante a preparação dos alimentos, os alunos foram divididos em dois grupos, respeitando suas habilidades e limitações. Em todas as etapas do processo, os integrantes da turma foram estimulados a pensar sobre o uso racional dos recursos financeiros, de acordo com o que preconizam os conceitos da Educação Matemática Crítica. A análise considerou que, de acordo com Freire (1987), a superação da condição de opressor e oprimido dentro das esferas de trabalho, educação e saúde pressupõe liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se. Conclui-se que as aulas permeadas pelas oficinas de integração contribuem

1 Tecnólogo em Gestão Hospitalar pelo IF-SC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina) Câmpus Joinville. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo IF-SC Câmpus Canoinhas. Coordenador do Núcleo de Ensino à Distância (NEAD) no IF-SC Câmpus Joinville. raphael.travia@ifsc.edu.br.

2 Doutora em Educação pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) com estágio de doutoramento na Università Degli Studi di Padova-Italia . Mestra em Linguística pela UFSC. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IF-SC. Docente no Centro de Referência em Formação e EaD do IF-SC. marizete.spessato@ifsc.edu.br.

para a superação da condição de “doente”, estimulando a aprendizagem, evidenciando pistas do que se espera das políticas públicas de saúde e educação, na construção da cidadania para todas as pessoas.

Palavras-Chave: Educação de jovens e adultos. Inclusão social. Saúde mental.

ABSTRACT: Does the public health policies and current education are sufficient to promote the inclusion of individuals living with mental suffering? This article presents an experience report on the development of Integration Workshop Stir Cuca: Mental Health, Food, Mathematics and Citizenship, resulting from an intervention project conducted with subjects of Literacy Class II of the Youth and Adult Education, held Organized by Service Social Inclusion, in the city of Joinville-SC. The intervention project, carried out in four weeks in March 2015, involved, in partnership with students served by ARE, teacher, occupational therapist and researcher, selecting a recipe, your writing, making shopping list buying ingredients, preparation and sharing of the finished dish. During food preparation, the students were divided into two groups, respecting their abilities and limitations. At all stages of the process, the class members were encouraged to think about the rational use of financial resources, according to advocating the concepts of Critical Mathematics Education. The analysis found that, according to Freire (1987), overcoming the oppressor and oppressed condition within the spheres of work, education and health presupposes freedom to create and build, to wonder and to venture. It is concluded that the classes permeated by the integration workshops contribute to overcoming the condition of "sick", stimulating learning, showing hints of what is expected of public policies on health and education, the construction of citizenship for all people.

Keywords: Youth and adult education. Social inclusion. Mental health.

1 INTRODUÇÃO

Entre os milhares de sujeitos da diversidade que podemos encontrar nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), os protagonistas deste artigo são usuários atendidos por um serviço de saúde mental, evidenciando a importância de políticas públicas envolvendo saúde e educação. Dessa forma, assegurando a ampliação do universo de atendimentos da EJA, uma modalidade de educação voltada aos estudantes historicamente excluídos do ensino regular.

No caso de Joinville, campo deste trabalho, existe desde 2014 um convênio entre as Secretarias Municipais da Saúde e de Educação que possibilita a oferta de três turmas de EJA que atendem a 16 alunos e são mantidas pelos Serviços Organizados de Inclusão Social (SOIS) da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Para o desenvolvimento do trabalho, a equipe

conta com uma professora habilitada que ministra aulas em regime de extensão de uma escola municipal.

O SOIS (Serviços Organizados de Inclusão Social) foi inaugurado em 2005 em Joinville. Realiza ações baseadas em quatro pilares: convivência, moradia, desinstitucionalização e reabilitação. Atende atualmente 80 usuários e seus familiares.

Definiremos aqui o SOIS como um Centro de Convivência, um espaço vinculado ao setor saúde que privilegia a participação e a construção coletiva, através de atividades relacionadas à arte, educação, lazer e cultura, funcionando com a participação de diversos setores da sociedade, (FERIGATO; CARVALHO, 2013 p. 359).

Dentro das ações de convivência desenvolvidas pelo SOIS a ênfase deste artigo recai sobre uma das turmas de EJA, oferecida semanalmente e constituída por uma professora de educação básica e sete alunos (cinco homens e duas mulheres) cuja faixa etária varia de 27 a 50 anos de idade. Por se tratar de pessoas que passaram longos períodos internados em manicômios, o analfabetismo ou os baixos níveis de escolaridade são uma realidade presente na vida desses sujeitos.

A temática que originou a proposta de intervenção que culmina na produção deste artigo, (explicitada no título) merece ser esclarecida: por que incluir num mesmo projeto de intervenção assuntos tão diversos como saúde mental, gastronomia e educação matemática? Dentre as muitas respostas possíveis, poderíamos citar a deficiência de bibliografia sobre o tema, além da possibilidade de reaplicação dessa oficina em outras instituições educacionais, principalmente as que têm como vocação contemplar áreas como: saúde, gastronomia ou alimentos.

O objetivo geral desta oficina foi proporcionar aos alunos da turma de EJA no SOIS um momento privilegiado de estudo, integrando o conteúdo teórico de matemática, às atividades da vida prática, em consonância com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica Brasileira:

“O sentido de número pode ser entendido como uma habilidade cognitiva que permite que o indivíduo interaja de forma bem-

sucedida com os vários recursos que o ambiente fornece, de maneira que se torne capaz de gerar soluções apropriadas para realizar as atividades do cotidiano que envolvem matemática”. (SPINILLO 2006 p. 85 apud HOFFMANN; MORO, 2012 p. 39).

Participar de uma aula na classe de EJA Alfabetização II mantida pelo SOIS, vivenciando a realidade de alunos, professora e profissionais de saúde envolvidos nessa turma é um dos objetivos específicos do proponente deste trabalho. Os objetivos envolvem ainda ações de planejamento da Oficina de Integração “Mexendo a Cuca: Saúde Mental, Gastronomia, Matemática e Cidadania, acompanhando sua execução e posterior avaliação em parceria com a equipe multiprofissional lotada neste serviço substitutivo.

O projeto de intervenção que culmina nesta Oficina de Integração foi submetido ao **PROGESUS** - Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e Educação no Sistema Único de Saúde, sendo posteriormente autorizado pela Secretária Municipal de Saúde de Joinville, em fevereiro de 2015.

Direcionada a um público geralmente negligenciado pela sociedade, esta oficina de integração contribui com a diminuição do preconceito que envolve as pessoas em sofrimento psíquico, evidenciando um campo de trabalho ainda pouco explorado pelos profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos.

2 DISCUSSÃO

2.1 Trabalho, educação e saúde

Atualmente, a Política Nacional de Saúde Mental preconiza o atendimento das pessoas portadoras de transtornos mentais ou sofrimento psíquico e necessidades decorrentes do uso e abuso de crack, álcool e outras drogas, através da Rede de Atenção Psicossocial, (RAPS) instituída pela Portaria do Ministério da Saúde nº3.088 datada de 23 de dezembro de 2011.

Pautada no respeito aos direitos humanos, na singularidade e protagonismo de cada sujeito, a RAPS deve ser formada nos territórios, elencando a maior variedade de atores e serviços disponíveis, adequando-se efetivamente as demandas de seus usuários.

No seu sentido instrumental a Reabilitação Psicossocial que se efetiva através da RAPS representa um conjunto de programas e serviços que se desenvolvem para facilitar a vida de pessoas em sofrimento psíquico severo e persistente conforme Pitta et al. (2016).

Facilitar a vida de pessoas em sofrimento psíquico exige que os agentes públicos ultrapassem as barreiras impostas na organização dos próprios serviços de saúde buscando arranjos intersetoriais para agregar novos significados ao sujeito além do diagnóstico clínico que lhe foi atribuído.

Ao acessar outras políticas públicas onde temos por exemplo: a educação (mesmo que tardia), o sujeito em sofrimento psíquico passa a reconhecer-se também como estudante e essa nova condição, livre dos estigmas da “doença” traz consigo o empoderamento e a ampliação dos círculos sociais que podem tornar sua vida mais feliz.

É possível traçar um paralelo nas relações entre aluno e professor, de forma similar ao experimentado pelo paciente e o médico no ambiente hospitalar. Nos dois casos, geralmente o saber e o poder emanam do personagem que detém o conhecimento e acaba exercendo domínio sobre o outro, roubando assim sua humanidade.

Segundo Freire, (1987 p. 54), para alcançar a meta da humanização, que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das situações-limite em que os homens se acham quase “coisificados”.

Trazendo esse mesmo conceito para a área da saúde mental, por ser um dos temas que compõem este artigo, temos ainda muitos usuários intimidados, “coisificados” e inanimados dentro de hospitais psiquiátricos e até mesmo em alguns serviços substitutivos.

A superação da condição de opressor e oprimido dentro das esferas de trabalho, educação e saúde pressupõe uma luta que não se justifica apenas em que passem a ter direito a comer, mas liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se, (FREIRE, 1987 p. 31).

Outra discussão importante a ser realizada aqui, reside no pressuposto de que o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. Pelo trabalho os seres humanos se constituem como tal, distanciando-se

dos outros animais. O trabalho possui uma dimensão ontológica e outra histórica, (SILVA, 2014, p.14).

O trabalho no sistema de produção capitalista determina o lugar que o sujeito ocupa na sociedade, assim como suas oportunidades de ascensão e possibilidades de relacionamento, reforçando a ordem através das classes sociais e do poder aquisitivo derivado dessas classes. Na forma social do capital, a dimensão de positividade do trabalho se constitui pela dimensão de sua negatividade, seu estatuto de ser criador da vida humana se constrói por meio de sua condição de ser o produtor da morte humana, (TUMOLO, 2003 p.03).

Tumolo, (2003) ainda aponta a possibilidade do prazer como princípio educativo que numa sociedade mais justa não eliminaria o trabalho completamente, apenas o condicionaria aos desejos humanos. Dessa forma a produção seria direcionada para satisfazer as necessidades das pessoas que alcançariam assim, o prazer de viver.

Entretanto quando pensamos que o trabalho pode produzir efeito contrário ao prazer, sendo a fonte do sofrimento psíquico de muitas pessoas, vitimadas inclusive pela síndrome do esgotamento profissional que deve ser considerada em sua dimensão biopsicossocial como resposta aos estressores crônicos presentes no ambiente profissional, conforme apontado por Koga (2015, p.268).

Perante a problemática apresentada torna-se necessária a invenção ou (re)invenção do sistema de produção através de iniciativas que contemplem a economia solidária e a experimentação da vida de maneira a superar os esquemas propostos pelo capitalismo.

A organização do trabalho em saúde e a fragilidade das relações dele advindas, beirando a desumanização podem ser expostas como segue:

A rigidez dos processos de trabalho e a organização dos serviços de saúde, modos de cuidar centrados na doença; trabalhadores destituídos da capacidade de decidir e usuários que só são escutados, impacientemente em suas queixas, tudo isso contribuiu para uma naturalização do cotidiano produtor de indiferença ao sofrimento do outro, uma máquina de reprodução de relações de assujeitamento, heteronomias, subjetivas servis e

tristes. (YASUI in BRASIL,2015 p.21).

Nos anos de 1940, a metodologia terapêutica ocupacional de Nise da Silveira via o trabalho como um recurso valioso para a recuperação da saúde. Na reforma psiquiátrica, a partir da década de 1980, o trabalho passa a ser um instrumento de reabilitação e de (re) inserção social, e cria novas inscrições da loucura na cultura e na cidadania (GUERRA, 2008 apud ANDRADE 2013, p.177).

Ainda conforme, Andrade (2013, p.179), tanto o movimento da Luta Antimanicomial como a Economia Solidária preconizam a construção de outro projeto de sociedade, compartilhando princípios fundamentais pautados na ética, solidariedade e justiça, opondo-se ao capitalismo.

2.2 Inclusão social e EJA nas políticas públicas

As políticas públicas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos no Brasil são historicamente permeadas pela descontinuidade, ações populistas e assistencialistas. A EJA se constitui como uma necessidade e está destinada a sujeitos específicos caracterizados pela experiência da exclusão social, (GEVAERD; OLIVEIRA, 2009).

A persistência de ações descontínuas e tênues destinadas aos jovens e adultos, alvo de políticas **focalizadas**, inviabiliza o direito à educação à classe trabalhadora. Assim o PROEJA pode ser analisado como uma política de inclusão social que é criada na lógica que deve servir aos pobres, (PACHECO, 2012 p.37).

Os sujeitos atendidos pela EJA são múltiplos e, portanto, não podem ser definidos apenas por estereótipos ou categorias que sintetizam sua totalidade e complexidade particular, tais como: o pouco escolarizado, o analfabeto, o pobre, a mulher, o negro, o deficiente e o louco (KERN; AGUIAR, 2014 p.13).

No que tange à questão da inclusão social, uma das maiores preocupações no contexto em que foi desenvolvido este artigo, reside no fato de os sujeitos participantes do projeto de intervenção frequentarem aulas de EJA dentro de um centro de convivência mantido pela Secretaria Municipal de Saúde, num universo distinto daquele experimentado no mundo real, o que de certa

forma pode ser encarado como uma estratégia para a segregação da loucura, através de oficinas protegidas.

As atividades em oficinas protegidas acontecem em entidades diferenciadas, têm finalidade de acolhimento, recuperação profissional e desenvolvimento pessoal de indivíduos com necessidades especiais, envolvendo ações com direcionamento médico, psicológico ou social, (OLIVEIRA et al., 2012).

A legislação assegura o trabalho protegido, a portadores de deficiência, conforme o disposto no decreto-lei 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

Art. 34. É finalidade primordial da política de emprego a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

Parágrafo único. Nos casos de deficiência grave ou severa, o cumprimento do disposto no caput deste artigo poderá ser efetivado mediante a contratação das cooperativas sociais de que trata a Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999. (BRASIL, 1999).

A discussão primordial a ser pontuada nesta questão é se podemos classificar o sofrimento psíquico como uma deficiência, ou se os transtornos mentais devem ser percebidos como características da personalidade humana. Essa questão divide opiniões na área da saúde mental. Alguns estudiosos e militantes da luta antimanicomial chegam a admitir a existência da deficiência psicossocial, enquanto que para outros este é apenas mais um rótulo inútil.

Um equívoco na tradução da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, merece ser esclarecido aqui, uma vez que a expressão correta seria pessoas com inabilidades, uma abrangência mais ampla do que o termo deficiências, pois as inabilidades são características únicas experimentadas em diferentes níveis pelos indivíduos, ou seja, duas pessoas com o mesmo diagnóstico podem apresentar habilidades e inabilidades diferentes. (TRAVIA,2015).

As oficinas protegidas são espaços que têm gerado muitas discussões, uma vez que o foco atual da educação está na inclusão e a ideia pertinente a este paradigma é a efetivação de propostas sempre que possível, em espaço

social comum, (OLIVEIRA et al., 2012 p.60).

O trabalho no formato de oficinas não é novo no espaço escolar e educativo, o termo “oficina de integração” é utilizado para nomear diversas atividades, dentro e fora da escola, conforme os objetivos explicitados por Silva, (2014 p. 72):

[...] busca-se com as oficinas de integração a criação de um ambiente que favoreça o diálogo e o aprendizado entre educadores e educandos, a experimentação, a reflexão e a teorização, a resolução de problemas do cotidiano e a participação efetiva de todos os envolvidos.

Pondera-se que no modelo educacional ideal, o grupo de alunos atendido pelo SOIS deveria ser desfeito e incluído nas turmas de EJA da rede municipal de ensino regular. Entretanto, esse movimento poderia desencadear a “*inclusão perversa*” em salas de aula lotadas onde temos um único professor que não dispõe dos recursos necessários, para promover a aprendizagem de forma satisfatória ao público que se propõe a atender.

A falta de recursos humanos e investimentos financeiros necessários para que a escola seja de fato um espaço inclusivo, ampliando o sentido da acessibilidade além da superação das barreiras arquitetônicas, é um desafio presente no cotidiano de muitos educadores, que por vezes usam a criatividade para realizar seu trabalho.

Resgatando o olhar humano, para além das estratégias é importante ressaltar que apesar de ser muito exigido em função do trabalho que desempenha o professor não é um super-herói, carrega fraquezas e virtudes que permeiam sua prática pedagógica, conforme assinala (MARQUES, 2001 apud MINETTO et all, 2010 p.19):

O professor recebe alunos com deficiência a partir das relações estabelecidas ao longo de sua vida pessoal, de sua formação profissional e de sua prática pedagógica, retratando o seu modo de ser, de agir e suas concepções. Contudo mesmo quando suas práticas pedagógicas têm pressupostos de integração e de inclusão elas vêm acompanhadas de concepções excludentes e segregacionistas.

A ideia equivocada de que “a escola oferece igualdade de oportunidades para todos e, portanto, cada um vai alcançar aquilo que sua capacidade pessoal permitir” não considera, as diferenças de origem, a visão de mundo de cada um em sua forma de ver, de sentir de conhecer e de agir, (GOMES 2000 p.16 apud GEVAERD; OLIVEIRA, 2009 p. 83).

A Reforma Psiquiátrica que também se efetiva na sala de aula da EJA, requer um esforço dos professores que atuam nesse espaço, em enxergar a educação como parte da vida dos sujeitos que enfrentam o sofrimento psíquico.

A interpretação “de que a vida é uma doença”, não pode colar, não funciona. Que a vida não é uma doença, que a vida não é um mal em si, está claramente dito por Foucault, (2011, p.86-87).

É necessário, adaptar o sistema escolar as particularidades do aluno, efetivando o direito a educação para todos os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, inclusive as pessoas em sofrimento psíquico, privilégio anteriormente reservado aos denominados “*portadores de necessidades educacionais especiais*”.

Acreditamos que o enfrentamento do preconceito e a busca pela igualdade de oportunidades é um componente presente na vida das pessoas com deficiência e portadores de sofrimento psíquico que torna esses sujeitos singulares, cabendo aos trabalhadores de saúde e educação promover a equidade, para atender este público.

2.3 Educação Matemática Crítica, cenários e paradigmas

Nas classes da EJA não é raro a existência de sujeitos que apresentam algumas habilidades para lidar com números, pesos e medidas aprendidas fora do contexto escolar.

Diversos pesquisadores defendem a construção de uma educação matemática que ajude a desenvolver a autonomia dos estudantes, libertando esses sujeitos da aplicação automática de fórmulas e preceitos.

A Educação Matemática Crítica (EMC) não é uma resposta para tudo. Ao invés disso, ela pode ser vista como uma preocupação e como uma expressão de incerteza, tanto sobre a educação matemática, quanto sobre a matemática. (SKOVSMOSE, 2007 p.15, apud CHIARELLO, 2014 p.34).

A EMC, principal legitimação teórica da área de matemática neste projeto de intervenção, ultrapassa os postulados da matemática tradicional ao propor a criação de cenários de investigação, contrapondo assim o paradigma do exercício.

O paradigma do exercício é caracterizado pela aula de matemática tradicional em que o professor expõe o conteúdo no quadro-negro ou branco, ou seja, apresenta definições, propriedades, exemplos e em seguida sugere aos alunos que resolvam os exercícios que estão no livro, (RAMOS; OECHSLER, 2014 p. 93).

Os cenários de investigação “são ambientes nos quais os alunos são convidados a se envolverem em processos de exploração e argumentação justificada”, (SCOVSMOSE, 2000 p. 66 apud RAMOS; OECHSLER, 2014 p. 109).

A EMC pressupõe uma transição da fundamentação na matemática pura para o embasamento na vida real, o que pode dar margem a reflexões sobre a matemática e suas aplicações. Essa transição pode estimular a reflexão dos alunos concedendo à EM uma dimensão crítica. (HOFFMANN; MORO, 2012 p. 39).

Acreditamos que a visita ao supermercado proposta em nossa oficina, caracteriza-se como um cenário de investigação por excelência. Ali os sujeitos puderam aplicar os conceitos aprendidos em sala de aula como uma atividade da vida prática³, favorecendo sua reabilitação.

Finalizando este tópico, trazemos para discussão, o conceito de letramento financeiro, uma vez que grande parte das questões matemáticas abordadas em sala de aula se expressam por meio de situações-problema nas quais o uso do dinheiro é posto para aproximar teoria e prática.

O letramento financeiro pode ser definido como a capacidade que o sujeito deve possuir para gerir corretamente suas finanças, evitando assim problemas tais como a inadimplência ou a insuficiência de recursos para o enfrentamento de situações adversas como o adoecimento e o desemprego,

3

Na área de estudo da Terapia Ocupacional, as Atividades da Vida Prática (AVP's) são aquelas voltadas ao desempenho de tarefas cotidianas, envolvendo interação com a sociedade externa ao ambiente doméstico, como por exemplo, ir ao banco ou ao supermercado.

(HOFFMANN; MORO, 2012 p. 48).

A gestão dos recursos financeiros é um tópico constantemente abordado entre o público da EJA atendido pela saúde mental da RAPS de Joinville, haja vista que, uma parcela considerável desses sujeitos recebe alguma modalidade de benefício ou aposentadoria da seguridade social.

3. RESULTADOS

3.1 O projeto de intervenção: Como ocorreu a integração com o grupo

Atualmente o SOIS de Joinville atende a 16 alunos de ambos os sexos que estão divididos em três classes de acordo com seu grau de escolaridade. As aulas ocorrem no período vespertino e têm duração de três horas, com intervalo que pode variar de 15 a 30 minutos, conforme a necessidade de cada turma.

A turma de Alfabetização I participa de aulas duas vezes por semana, sendo voltada a pessoas com maior dificuldade de aprendizagem. A turma de Alfabetização II está no nível intermediário de alfabetização, já consegue ler palavras e pequenos textos e distinguir números de outros símbolos, bem como trabalhar com quantidade. O grupo de Formação Continuada é constituído por alunos que estudaram no mínimo até a antiga quarta série, atual 5º ano. O transtorno mental não afetou muito seu aspecto cognitivo, conseguem expressar opiniões e produzir textos com maior desenvoltura.

A turma de Alfabetização II foi escolhida pela coordenação do SOIS para ser participante da Oficina de Integração Mexendo a Cuca: Saúde Mental, Gastronomia, Matemática e Cidadania, que considerou os aspectos positivos da implementação do projeto de intervenção junto a esses sujeitos.

Diante das perspectivas conceituais que orientam este trabalho e do público ao qual ele é voltado, descrito na introdução deste artigo, foi desenvolvida a Oficina de Integração Mexendo a Cuca: Saúde Mental, Gastronomia, Matemática e Cidadania, integrando as aulas na classe de EJA às oficinas e grupos terapêuticos propostos pelo serviço de saúde mental.

Acreditamos que a oficina de integração proposta possa ser caracterizada como uma oportunidade na qual os alunos puderam colocar em prática alguns conceitos de matemática aprendidos em sala de aula, proporcionando-lhes uma

vivência cotidiana (visita ao supermercado) no mundo que existe além dos portões do serviço de saúde mental que frequentam, desenvolvendo dessa forma sua cidadania.

A professora respondeu uma entrevista através da qual o pesquisador conseguiu identificar os principais desafios enfrentados por ela em sala de aula. A entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa, (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007 p. 51).

A terapeuta ocupacional fez apontamentos e anotações de sua intervenção na oficina proposta, esse procedimento assegurou a retenção daquilo que se desejava conservar da experiência, uma vez que a memória interna é frágil, (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007 p. 81).

Em sala de aula, identificamos que, entre os sete alunos da turma, o grau de escolaridade pode ser equiparado às séries iniciais do ensino fundamental, pois já reconhecem a maioria das letras do alfabeto e leem pequenos textos, assim como também conseguem fazer adição e subtração simples.

Dois alunos integrantes dessa turma moram no Serviço Residencial Terapêutico (que é outra ação coordenada pelo SOIS), e utilizam transporte específico para se deslocar de casa até o centro de convivência. Além de sofrimento psíquico, um aluno apresenta mobilidade reduzida e se locomove com o auxílio de um andador.

As atividades de interação com a turma foram mediadas por uma música. Levamos ao grupo, como epítome, a música “Comida”, de autoria de Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcelo Fromer. A proposta foi de que a letra da canção pudesse despertar de forma lúdica a semente da reflexão que é capaz de auxiliar na transformação dos sujeitos da diversidade em cidadãos de verdade.

Depois que os alunos ouviram a música, foi aberto um diálogo com eles na tentativa de descobrir o que alguns desses sujeitos aspiram em sua vida, como um sonho que ultrapassa as limitações de seu tratamento, que nesse contexto é simbolizado pela “Comida” que apesar de sustentar e manter, não é capaz de satisfazer todas as necessidades humanas.

Aleatoriamente, durante a roda de conversa as perguntas expressas na música foram refeitas com a intenção de guiar os alunos à reflexão sobre o

exercício de sua própria cidadania. Você tem sede de quê? Você tem fome de quê? Qual é o seu desejo, necessidade, vontade?

A epítome proposta para o projeto de intervenção não alcançou os resultados esperados, uma vez que os alunos apresentaram-se tímidos e com alto grau de dispersão. Ao perceber o ocorrido a professora ainda imprimiu a letra da música e fez uma leitura pausada sem lograr êxito.

Em seguida, foi apresentada a proposta da oficina. De acordo com planejamento prévio, exposto para aprovação da turma, o proponente do projeto de intervenção deveria acompanhar a classe de EJA Alfabetização II em uma etapa escolar que envolveu a seleção de uma receita culinária, sua redação, confecção de lista de compras de ingredientes, preparo e partilha do prato pronto⁴.

Todas as escolhas foram feitas a partir de sugestões dos estudantes, ainda no ambiente da sala de aula, vencendo a receita que obteve a maioria simples dos votos.

No momento em que foi definida a proposta de preparação da receita, a professora questionou se os alunos sabiam cozinhar, ao que um dos homens respondeu que sabia fazer café e outro que sabia fazer arroz. Já as alunas demonstraram maior habilidade com as panelas, vindo delas as sugestões que foram postas em votação, vencendo posteriormente a torta salgada. Foi proposto por um dos alunos suco e salada de frutas como acompanhamento.

A professora acessou a internet de seu notebook, encontrou e imprimiu uma receita parecida com a que a aluna havia descrito e foi escrevendo na pequena lousa os ingredientes, ao que os alunos deveriam estimar os preços de cada item, que eram somados aos poucos.

Depois da definição da receita a ser preparada, os participantes da oficina elaboraram uma lista de compras, verificando quais ingredientes precisavam ser comprados, quais estavam disponíveis no SOIS e qual a quantidade de cada produto a ser adquirida.

Foi realizada uma estimativa de preços dos ingredientes necessários para o preparo da receita. O valor estimado pelos alunos foi R\$ 70,00 Nesse

4

Os custos para a realização deste projeto foram de responsabilidade do proponente.

momento, a professora perguntou aos estudantes quais deles costumavam ir ao supermercado com a família fazer compras, abrindo espaço para que os sujeitos relatem suas experiências de vida.

Uma semana depois que o projeto foi apresentado e a receita escolhida, foi realizada a visita ao supermercado mais próximo ao SOIS. Nesse dia o grupo de sete alunos foi orientado a seguir o que foi definido na lista de compras, evitando desperdícios e economizando dinheiro, buscando o melhor preço através da comparação dos produtos (em suas diferentes marcas) que desejavam adquirir. Nesse momento tiveram a oportunidade de exercitar o cálculo e as quatro operações básicas da matemática. Também foi necessário ler e interpretar rótulos de produtos, observando, além dos preços, os pesos, medidas, prazo de validade, instruções de armazenamento dos alimentos que subsidiam assim a tomada de decisão no momento da compra.

Sobre esta etapa a professora informou que: *"Na ida ao supermercado, ponderamos a compra dos produtos no quesito custo-benefício, então partindo deste princípio, não escolhemos nem os produtos mais caros, nem os mais baratos, compramos aqueles que consideramos confiáveis, com boa qualidade e preço atraente."*

O relato descrito acima assinala que a relação entre a "matemática formal" e a "matemática do cotidiano" não é unilateral nem tampouco monolítica. As soluções matematicamente corretas nem sempre são as soluções mais eficientes nas atividades cotidianas, que frequentemente tomam medidas não convencionais como parâmetro (HOFFMANN; MORO, 2012 p. 40).

Na semana seguinte à visita ao supermercado, chegamos ao momento de preparação da receita. Foi solicitado aos participantes que dividissem as tarefas que cada integrante do grupo executaria, conforme as potencialidades e limitações de cada pessoa, seguindo as orientações indicadas pela terapeuta ocupacional que acompanhou a turma.

Os alunos foram divididos em dois grupos. A terapeuta ocupacional, as duas alunas e um aluno na cozinha prepararam a torta salgada, que exigia maior habilidade manual. Na varanda a professora e os quatro alunos restantes prepararam a salada de frutas e o suco de limão, tarefa mais simples e repetitiva.

Sobre esta etapa a terapeuta ocupacional percebeu que havia “grande interesse dos alunos em fazer o mais independentemente possível as atividades, o que foi oportunizado, só intervindo quando de extrema necessidade e através de orientação verbal. A maioria das atividades foram feitas pelos usuários. Inclusive o aluno que sabia ler melhor, lia a receita a ser seguida”.

Durante a preparação das receitas eles utilizaram luvas, preocuparam-se bastante com a higiene e a lavagem das frutas, conversaram sobre as quantidades de cada ingrediente e a possibilidade de ser flexível ao substituir ou mesmo suprimir algum item. Depois de pronta, a comida foi partilhada em um lanche com os profissionais e usuários do SOIS envolvidos no projeto.

Já na última semana de realização da oficina, o proponente do projeto retornou à sala de aula e, com a ajuda da professora de EJA, promoveu uma roda de conversa na qual todos os participantes da oficina avaliaram o processo. Foi então realizado o comparativo entre o preço total estimado (**R\$ 70,00**) e o preço real de todos os ingredientes no supermercado (R\$ 64,00). Depois foi deduzido o valor dos ingredientes disponibilizados pelo SOIS (R\$ 14,00). Dessa forma o gasto real foi de R\$ 50,00 e a economia de R\$ 20,00. Esta avaliação permitiu que a professora trabalhasse também a taboada, com os alunos.

Os dinheiro economizado (R\$ 20,00) foi colocado à disposição do Projeto. Abriu-se nova votação para sua utilização e cinco itens foram colocados para escolha: refrigerante, fazer vitamina e suco natural, refazer a salada de frutas ou comprar material escolar faltante e melhor que o disponível. As vencedoras foram a vitamina de frutas e o suco natural.

Quando chegou a hora de falar sobre a oficina, os alunos relataram que adoraram ir ao supermercado e que até chamaram a atenção das pessoas, porque estavam em um grupo grande e animado. Para o aluno com mobilidade reduzida eles utilizaram uma cadeira de rodas, disponível no estabelecimento comercial.

Um dos alunos disse: “não sei se eles ficaram com medo da gente”, referindo-se às outras pessoas que faziam compras no supermercado naquele dia. A professora contrapôs:” acho que não, acho que só curiosidade mesmo.”

As falas de aluno e professora se entrelaçam num movimento inverso, enquanto um levanta a hipótese do preconceito que estigmatiza as pessoas em

sofrimento psíquico, a outra tenta superar essa condição de inferioridade, ora imposta pela sociedade, ora aceita passivamente pelo sujeito.

Em seu processo de avaliação da oficina de integração a professora participante relatou:

"Como professora, achei ótima a experiência de unir culinária, cidadania e noções matemáticas, pretendo estender a ideia para a outra turma (de Alfabetização) ,.... Como nossos alunos são adultos, é necessário que se trabalhe autonomia e este projeto me ajudou a ampliar as ações que posso encaminhar com eles para ajudá-los neste processo que muitas vezes não conseguem trilhar sozinhos."

A provável continuidade da Oficina de Integração Mexendo a Cuca: Saúde Mental: Gastronomia, Matemática e Cidadania e sua futura aplicação em outra turma de EJA, explicitadas na fala da professora, validam nosso esforço em realizar um projeto que entrelaçou as políticas públicas de educação e saúde.

Considerando a relevância das mídias sociais como potente meio de comunicação e disseminação da informação, foi criado um álbum de fotos na página, *Folha de Lírio: O Jornal Virtual da Saúde Mental* hospedada no Facebook, podendo ser acessado inclusive pela professora durante as aulas com a Turma de Alfabetização II no SOIS.

Travia e Kohls (2013), comparam o ambiente virtual criado pelas redes sociais, ao experimentado pelas pessoas em tratamento nos serviços substitutivos. Nesses lugares a atmosfera protetora e artificial ganha contornos que se confundem com a realidade, pois as ações têm o objetivo de proporcionar a satisfação e o bem-estar do usuário.

Ainda no campo das mídias sociais, foram escritos relatos da Oficina no sítio eletrônico da Rede de colaboração para a humanização da gestão e da atenção no SUS (**RedeHumanizaSUS**), ciberespaço mantido pelo Ministério da Saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a execução do projeto de intervenção que culminou na aplicação da Oficina de integração mexendo a cuca: saúde mental, gastronomia, matemática e cidadania foi uma experiência benéfica a todas as

pessoas envolvidas nesse processo. Ao proponente, essa experiência possibilitou a conclusão de um inovador e intenso percurso formativo, que se materializa na produção deste artigo científico.

Aos Serviços Organizados de Inclusão Social, (SOIS) tanto a intervenção quanto o texto acadêmico dela resultante trazem reconhecimento pelo trabalho desenvolvido nesse espaço que fortalece e dignifica a Rede de Atenção Psicossocial Joinvilense.

Entre os desafios encontrados em sala de aula, um aspecto importante a ser destacado está no fato de os estudantes muitas vezes apresentarem sono e outras intercorrências relativas ao uso de medicamentos, demandando estratégias que ajudem a superar estas dificuldades.

Analisando as respostas da professora à entrevista percebeu-se a ausência de suporte pedagógico por parte da Secretaria Municipal de Educação que oferece aos alunos de EJA no SOIS o mesmo material didático disponibilizado ao ensino regular, o que nem sempre se aplica à realidade experimentada na Atenção Psicossocial. Essa mesma situação se repete no que diz respeito às oportunidades de capacitação oferecidas à docente pela Secretaria Municipal de Educação: são idênticas as ofertadas ao ensino regular e não contemplam as especificidades da Saúde Mental.

Sugere-se a realização de oficinas como a Oficina de Integração Mexendo a Cuca: Saúde Mental, Gastronomia, Matemática e Cidadania, bem como o aprimoramento e continuidade desta, através, por exemplo, de parceria institucional entre SOIS, Coordenação de Saúde e IF-SC.

Concluimos ainda que as aulas permeadas pelas oficinas de integração contribuem para a superação da condição de “doente”, estimulando a aprendizagem, evidenciando pistas do que se espera das políticas públicas de saúde e educação, contribuindo também para a construção de estratégias para a inclusão, um esforço intersetorial onde terapeutas e professores devem unir conhecimentos e “**mexer a cuca**” promovendo assim, saúde mental e educação para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Campos et al. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicologia Ciência e Profissão.*, Brasília , v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 abr. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000100014>.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999, Seção 1, n. 243, p.10-15. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acessos em: 16 abr. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CHIARELLO, Ana Paula Rohrbek. *Educação Financeira Crítica: novos desafios na formação continuada de professores*. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

FERIGATO, Sabrina Helena; CARVALHO, Sérgio Resende. *A rede de Centros de Convivência no SUS: Linhas de fuga da superfície-tratamento*. Linha Mestra (Associação de Leitura do Brasil), v. 23, p. 359-364, 2013. Disponível em:
<https://linhamestra23.files.wordpress.com/2013/12/02_cuidado_e_producao_de_linha_de_fuga_a_rede_de_centros_ferigato_carvalho.pdf> . Acesso em 17 abr. 2015.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade: O governo de si e dos outros II; curso no Collège de France (1983-1984)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 339 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p. (O mundo, hoje). Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

GEVAERD, Esterzinha A.P.; OLIVEIRA, Sidnei Dias de. *PROEJA: O Aluno*.

Florianópolis: Publicação do IF-SC, 2009. 80 p.

HOFFMANN, Ruth Margaret; MORO, Maria Lucia Faria. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. *Zetetiké: Revista de Educação Matemática*, Campinas, v. 20, n. 38, p.37-54, 2012. Semestral. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/zetetike/article/view/2814>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

KERN, Caroline; AGUIAR, Paula Alves de. *Sujeitos da Diversidade*. Florianópolis: IF-SC, 2014. 84 p.

KOGA, Gustavo Kendy Camargo et al . Fatores associados a piores níveis na escala de Burnout em professores da educação básica. *Caderno Saúde Coletiva.*, Rio de Janeiro , v. 23, n. 3, p. 268-275, set. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000300268&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500030121>.

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim et al. *Diversidade na Aprendizagem de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais*. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010. 248p.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de et al. *Tópicos Especiais em Educação Inclusiva*. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012. 124 p.

PACHECO, Eliezer (Org.). *Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Proposta de Diretrizes Curriculares*. São Paulo, Editora Moderna, 2012. 144 p.

PITTA, Ana Maria Fernandes et al (Org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2016. 204 p.

RAMOS, Elenita Eliete de Lima; OECHSLER, Vanessa. *Educação Matemática e Cidadania*. Florianópolis: IF-SC, 2014. 132 p.

SILVA, Adriano Larentes da. *Currículo Integrado*. Florianópolis: IF-SC, 2014. 97 p.

TRAVIA, Raphael Henrique. *Coordenador Nacional de Saúde Mental fala sobre a RAPS que Queremos em Joinville-SC*, Joinville, 29 jul 2015. Disponível em: <<http://www.redehumanizaus.net/91588-coordenador-nacional-de-saude-mental-fala-sobre-a-raps-que-queremos-em-joinville-sc>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

TRAVIA, Raphael Henrique; KOHLS, Márcia Bet. Folha de lírio: o jornal virtual da saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 5, n. 11, p.88-101, maio 2013. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/2384>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

TUMOLO, Paulo Sergio. "O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 24, p.1-3, 2003. Mensal. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/024/24ctumolo.htm#_ftnref1>. Acesso em: 29 jun. 2014.

YASUI, Silvio. Entre o Cárcere e a Liberdade: Apostas na produção cotidiana de modos diferentes de cuidar. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Cadernos HumanizaSUS: Volume 5, Saúde Mental*. Brasília, 2015. 13-23p.